

Quinta-Feira, 15 de Outubro de 2026

Senado avança votação da PEC da Segurança para quinta-feira com calendário acelerado aprovado

Senado aprova calendário especial para votação da PEC da Segurança nesta quinta (15); proposta já passou pela Câmara

O Senado Federal aprovou nesta quarta-feira (14), de forma simbólica, um cronograma prioritário destinado a acelerar o processamento da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) sobre segurança pública. De acordo com Davi Alcolumbre (União-AP), presidente da instituição, a votação está marcada para quinta-feira (15).

Para que o texto seja aprovado, é necessário obter no mínimo 49 votos em ambos os turnos de votação. A PEC já recebeu aprovação da Câmara dos Deputados em março de 2026 e, caso os senadores aprovem, seguirá diretamente para promulgação. Junto à PEC que reformula a jornada 6x1, essa é uma das principais prioridades legislativas do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A proposta que busca intensificar o combate à criminalidade organizada foi aprovada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) na manhã de quarta-feira. O documento introduz alterações na estrutura da segurança pública, na redistribuição de competências entre os níveis federativos, no funcionamento do sistema carcerário e nos instrumentos de combate às facções criminosas.



O Grande Debate: Congresso deveria esperar o fim da eleição para votar 6x1?



Caso Master: Vorcaro presta hoje novo depoimento à PF sobre o BRB



Após acelerar rito, Senado inicia hoje votação da PEC da Segurança

Polícia Legislativa

Rogério Carvalho (PT-SE), designado como relator da PEC no Senado Federal, informou que fará ajustes no texto aprovado pela CCJ com o objetivo de deixar bem definido o escopo de atuação da Polícia Legislativa, em resposta às críticas quanto a uma possível brecha que permitiria que essa corporação investigasse membros do Congresso Nacional.

A questão foi trazida à público pela CNN, após a remessa do texto ao plenário do Senado contendo uma modificação de última hora relacionada à investigação de tipos penais específicos.

Sistema Único de Segurança Pública

Um dos elementos centrais da PEC diz respeito à inclusão na Constituição Federal do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), conhecido informalmente como SUS da Segurança, que padroniza a articulação entre as instituições que atuam nessa área.

O dispositivo propõe estabelecer mecanismos de integração envolvendo a União, estados, Distrito Federal e municípios, compreendendo a formação de grupos de trabalho integrados, permuta de dados e evidências processuais e conexão de bancos de dados.

A redação também expande as competências da Polícia Rodoviária Federal (PRF), facultando-a atuar no patrulhamento de malhas ferroviárias e rotas aquáticas administradas pela União.